ESTADO de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE Galvao

AUDIÊNCIA PÚBLICA
DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO
DAS METAS FISCAIS

3º Quadrimestre/2018

exigência legal

Lei Complementar n°101, de 04 de Maio de 2000, Art. 9°, § 4°

Art. 9º - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º - Até o final dos meses de Maio, Setembro e Fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

temas a serem apresentados

* Execução Orçamentaria
* Metas Arrecadação
* Aplicação de Recursos em Saúde (15%)
* Aplicação de Recursos em Educação (25%)
* Aplicação dos Recursos Recebidos do FUNDEB (60%)
* Despesas com Pessoal
* Ações de Investimentos Previstas na LDO e LOA

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

Lei 4.320/64, Art. 2° - A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

§ 1° Integrarão a Lei de Orçamento:

I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº1;

III - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;

IV - Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:

I - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

II - Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos n°6 a 9;

III - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Receita Arrecada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Valores**  |
| 2014 | 13.557.433,64 |
| 2015 | 13.208.973,39 |
| 2016 | 14.526.396,18 |
| 2017 | 14.180.709,19 |

|  |
| --- |
| Receita Arrecadada até 3º Quadrimestre/2018 |
| Receita Orçamentária | 16.181.908,50 |
| Média Mensal | 1.348.492,38 |

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Receita Orçamentaria |



despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Despesa Realizada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Empenhado** | **Liquidado** |
| 2014 | 13.725.188,90 | 12.816.275,06 |
| 2015 | 13.315.946,14 | 12.590.085,98 |
| 2016 | 14.114.359,45 | 14.064.359,45 |
| 2017 | 12.934.949,59 | 12.880.850,81 |

|  |
| --- |
| Despesa até 3º Quadrimestre/2018 |
| Despesa Orçamentária | 15.374.761,70 | 14.798.259,55 |
| Média Mensal | 1.281.230,14 | 1.232.777,46 |

despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Despesa Orçamentaria Realizada |



receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

LRF, Art. 2° - Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

IV - Receita Corrente Líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do Art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

|  |
| --- |
| Receita Corrente Líquida (RCL) Arrecadada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Valores**  |
| 2014 | 13.183.594,61 |
| 2015 | 12.122.734,23 |
| 2016 | 14.103.754,87 |
| 2017 | 15.952.169,68 |

|  |
| --- |
| Receita Corrente Líquida Arrecadada até 3º Quadrimestre/2018 |
| Receita Corrente Líquida | 15.832.738,50 |
| Média Mensal | 1.319.394,88 |

receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

|  |
| --- |
| Evolução da Receita Corrente Líquida (RCL) |



execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

LRF, Art. 52 - O relatório a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;

b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do Art. 51.

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| **Receitas Arrecadadas**  |
| **Receitas Correntes (I)**  | **15.832.738,50**  |
| Receita Tributária | 659.344,59 |
| Receita de Contribuições | 162.453,32 |
| Receita Patrimonial | 134.183,90 |
| Receita Agropecuária | 38.885,21 |
| Receita Industrial | 0,00 |
| Receita de Serviços | 45.845,51 |
| Transferências Correntes | 17.030.848,24 |
| (-) Deduções das Transferências Correntes | -2.383.464,80 |
| Outras Receitas Correntes | 144.642,53 |
| **Receitas de Capital (II)**  | **349.170,00**  |
| Operações de Crédito | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 |
| Transferências de Capital | 349.170,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 |
| **Total (III) = (I+II)**  | **16.181.908,50**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| **Despesas Liquidadas Por Órgão de Governo**  |
| 0102 - GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO | 315.506,78 |
| 0103 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO | 1.287.131,44 |
| 0104 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 3.684.530,00 |
| 0105 - SECRET. MUN. DESENV. SOCIAL, CULTURA E ESPORTES | 1.057.955,52 |
| 0106 - SEC. MUN. DESENV. RURAL, AGRICULT E MEIO AMBIENTE | 946.457,83 |
| 0107 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA | 1.898.075,37 |
| 0108 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0,00 |
| 0109 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | 177.845,83 |
| 0210 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE | 4.329.000,39 |
| 0311 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 369.450,05 |
| 0801 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES | 732.306,34 |
| **Total (IV)**  | **14.798.259,55**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| Execução Orçamentária e Financeira  |
| Superávit Financeiro do Exercício Anterior (V) | 0,00  |
| Superávit Financeiro Apurado Até o Quadrimestre (VI) = (III-IV) | **1.383.648,95**  |
| Restos a Pagar Não Processados (VIII) | **576.502,15**  |
| **Superávit (VII) = (V + VI - VIII)**  | **807.146,80**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
|  |



metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8° - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea "c" do inciso I do Art. 4°, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8°, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |
| **Receitas Orçamentárias**  | **Previsão**  | **Arrecadação**  | **Diferença**  |
| **Receitas Correntes (I)**  | **14.975.850,00**  | **15.832.738,50**  | **856.888,50**  |
| Receita Tributária | 557.800,00 | 659.344,59 | 101.544,59 |
| Receita de Contribuições | 160.000,00 | 162.453,32 | 2.453,32 |
| Receita Patrimonial | 133.800,00 | 134.183,90 | 383,90 |
| Receita Agropecuária | 53.000,00 | 38.885,21 | -14.114,79 |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 56.250,00 | 45.845,51 | -10.404,49 |
| Transferências Correntes | 13.941.000,00 | 17.030.848,24 | 3.089.848,24 |
| (-) Deduções das Trasnrências Correntes | 0,00 | -2.383.464,80 | -2.383.464,80 |
| Outras Receitas Correntes | 74.000,00 | 144.642,53 | 70.642,53 |
| **Receitas de Capital (II)**  | **28.000,00**  | **349.170,00**  | **321.170,00**  |
| Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 28.000,00 | 349.170,00 | 321.170,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Total (III) = (I+II)**  | **15.003.850,00**  | **16.181.908,50**  | **1.178.058,50**  |

metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

EC 29/2000, Art. 7º - O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte Art. 77:

"III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o Art. 156 e dos recursos de que tratam os Art´s. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º."

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita bruta de Impostos e Transferências (I)**  | **12.458.642,23**  |
| **Despesas por função/subfunção (II)**  | **4.329.000,39**  |
| **Deduções (III)**  | **1.458.592,55**  |
| **Despesas para efeito de cálculo (IV) = (II-III)**  | **2.870.407,84**  |
| **Mínimo a ser aplicado**  | **1.868.796,38**  |
| **Aplicado à maior**  | **1.001.611,46**  |
| **Percentual aplicado = (IV) / (I) x 100**  | **23,04**  |

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE RECURSOS NA
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

CF, Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

LDB, Art. 72 - As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição Federal.

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita bruta de Impostos e Transferências (I)**  | **13.057.673,00**  |
| **Despesas por função/subfunção (II)**  | **3.488.096,53**  |
| **Deduções (III)**  | **598.393,14**  |
| **Resultado líquido da transf. do FUNDEB (IV)**  | **-555.695,95**  |
| **Despesas para efeito de cálculo (V) = (II-III-IV)**  | **3.472.084,34**  |
| **Mínimo a ser aplicado**  | **3.264.418,25**  |
| **Aplicado à Maior**  | **180.981,09**  |
| **Percentual aplicado = (V) / (I) x 100**  | **26,39**  |

APLICAÇÃO DE RECURSOS NA
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal n°9.424/96

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita do FUNDEB (I)**  | **1.834.702,24**  |
| **Despesas (II)**  | **1.503.783,33**  |
| **Mínimo a ser Aplicado**  | **1.100.821,38**  |
| **Aplicado à Maior**  | **402.961,96**  |
| **Percentual Aplicado = (II) / (I) x 100**  | **81,96**  |

APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal n°9.424/96

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

CF, Art. 169 - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

LRF, Art. 19 - Para os fins do disposto no caput do Art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

III - Municípios: 60% (sessenta por cento)

LRF, Art. 20 - A repartição dos limites globais do Art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **15.832.738,50**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **7.344.217,81**  |
| **Limite Prudencial - 51,30%**  | **8.122.194,85**  |
| **Limite Máximo - 54,00%**  | **8.549.678,79**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **46,39**  |

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **15.832.738,50**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **524.173,65**  |
| **Limite Prudencial - 5,70%**  | **902.466,09**  |
| **Limite Máximo - 6,00%**  | **949.964,31**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **3,31**  |

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **15.832.738,50**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **7.868.391,46**  |
| **Limite Prudencial - 57,00%**  | **9.024.660,94**  |
| **Limite Máximo - 60,00%**  | **9.499.643,10**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **49,70**  |

DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE
INVESTIMENTOS PREVISTAS NA LDO E LOA

Lei Complementar n° 101/2000, Art. 9°, § 4°

LRF, Art. 59 - O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - Cumprimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 01 - MUNICIPIO DE GALVAO**  |
| **Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 2003 - Manut. das Ativ. do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito |
|  | 350.000,00 | 0,00 | 0,00 | 315.506,78 | 34.493,22 |
| 2004 - Manut. das Atividades Administrativas |
|  | 1.506.300,00 | 40.000,00 | 40.000,00 | 1.288.085,44 | 218.214,56 |
| 2005 - Manut. da Merenda Escolar |
|  | 175.500,00 | 51.000,00 | 0,00 | 169.037,47 | 57.462,53 |
| 2006 - Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental |
|  | 2.580.925,00 | 582.923,26 | 200.000,00 | 2.436.853,77 | 526.994,49 |
| 2007 - Apoio ao Ensino Superior |
|  | 40.000,00 | 0,00 | 0,00 | 27.396,00 | 12.604,00 |
| 2008 - Apoio a Educação Especial |
|  | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 12.000,00 | 3.000,00 |
| 2009 - Manut. da Educação Infantil - Creches |
|  | 423.000,00 | 200.000,00 | 100.000,00 | 404.907,10 | 118.092,90 |
| 2010 - Manut. da Educação Infantil - Pré-Escolar |
|  | 600.000,00 | 240.000,00 | 120.000,00 | 650.731,66 | 69.268,34 |
| 2011 - Manut. das Ativ. Desenv. Social, Cultura e Esportes |
|  | 372.000,00 | 78.200,00 | 11.600,00 | 430.916,84 | 7.683,16 |
| 2012 - Manut. das Atividades Culturais |
|  | 400.000,00 | 110.000,00 | 0,00 | 373.898,68 | 136.101,32 |
| 2013 - Manut. das Atividades Esportivas |
|  | 90.000,00 | 8.000,00 | 8.000,00 | 62.130,63 | 27.869,37 |
| 2014 - Manut. das Atividades do FIA |
|  | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 13.605,46 | 46.394,54 |
| 2015 - Manut. Funcional da Agricultura |
|  | 360.000,00 | 0,00 | 0,00 | 331.060,87 | 28.939,13 |
| 2016 - Manut. das Ativ. de Proteção Ambiental |
|  | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 |
| 2017 - Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultor |
|  | 405.000,00 | 80.000,00 | 0,00 | 478.046,96 | 6.953,04 |
| 2018 - Manut. das Ativ. de Infraestrutura |
|  | 1.645.080,00 | 26.068,32 | 0,00 | 1.555.727,25 | 115.421,07 |
| 2019 - Manut. Convenios com a Secretaria de Segurança Pública |
|  | 41.500,00 | 18.546,45 | 1.710,00 | 31.280,80 | 27.055,65 |
| 2020 - Manut. do Fundo de Defesa Civil |
|  | 11.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.000,00 |
| 2021 - Manut. dos Serviços de Utilidade Pública |
|  | 311.000,00 | 52.513,34 | 0,00 | 311.067,32 | 52.446,02 |
| 2022 - Amortização da Divida e Encargos Municipais |
|  | 217.000,00 | 0,00 | 0,00 | 177.845,83 | 39.154,17 |
| 2023 - Amortização de Precatórios |
|  | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 2039 - Resera de Cotingência |
|  | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| **Total da Unidade** | **9.926.305,00**  | **2.388.697,29**  | **481.310,00**  | **9.944.004,92**  | **1.889.687,37**  |

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALVAO**  |
| **Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 2024 - Manut. das Atividades da Saúde |
|  | 2.710.095,00 | 1.438.043,79 | 819.491,17 | 3.125.762,36 | 202.885,26 |
| 2025 - Manut. Bloco de Atenção Básica |
|  | 93.000,00 | 168.593,20 | 0,00 | 261.475,40 | 117,80 |
| 2026 - Manut. Bloco de Atenção Básica Variável |
|  | 627.000,00 | 56.772,27 | 13.000,00 | 590.078,72 | 80.693,55 |
| 2027 - Manut. Bl. MAC Amb. e Hosp. e Lim. de Financ. |
|  | 240.300,00 | 111.504,06 | 0,00 | 201.394,20 | 150.409,86 |
| 2028 - Manut. Bloco de Vigilância em Saúde |
|  | 45.300,00 | 39.426,74 | 0,00 | 22.985,36 | 61.741,38 |
| 2029 - Manut. Bloco Assistência Farmacêutica |
|  | 20.500,00 | 32.874,07 | 0,00 | 43.300,88 | 10.073,19 |
| 2030 - Manut. Bloco Gestão do SUS |
|  | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 2031 - Manut. dos Programas do SUS - Estado |
|  | 87.500,00 | 32.953,09 | 0,00 | 84.003,47 | 36.449,62 |
| **Total da Unidade** | **3.892.695,00**  | **1.880.167,22**  | **832.491,17**  | **4.329.000,39**  | **611.370,66**  |

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE GALVAO**  |
| **Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 2032 - Manut do Fundo M. de Assistência Social |
|  | 247.400,00 | 38.548,19 | 35.000,00 | 145.604,30 | 105.343,89 |
| 2033 - Manut. Bloco PSEMC - FNAS |
|  | 6.200,00 | 450,06 | 0,00 | 5.400,55 | 1.249,51 |
| 2034 - Manut. Bloco PSB - FNAS |
|  | 133.000,00 | 128.019,31 | 600,00 | 124.283,47 | 136.135,84 |
| 2035 - Manut. Bloco GBF - FNAS |
|  | 18.200,00 | 37.589,99 | 0,00 | 50.859,99 | 4.930,00 |
| 2036 - Manut. Bloco GSUAS - FNAS |
|  | 8.200,00 | 19.601,43 | 0,00 | 21.597,69 | 6.203,74 |
| 2037 - Manut. dos Programas Sociais - Estado |
|  | 44.000,00 | 17.369,48 | 2.000,00 | 21.704,05 | 37.665,43 |
| **Total da Unidade** | **457.000,00**  | **241.578,46**  | **37.600,00**  | **369.450,05**  | **291.528,41**  |

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 08 - CAMARA DE VEREADORES DE GALVAO**  |
| **Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 2001 - Manut. das Atividades Legislativas |
|  | 375.000,00 | 82.162,39 | 53.162,39 | 397.570,30 | 6.429,70 |
| 2002 - Subsídio dos Vereadores |
|  | 365.000,00 | 0,00 | 29.000,00 | 334.736,04 | 1.263,96 |
| **Total da Unidade** | **740.000,00**  | **82.162,39**  | **82.162,39**  | **732.306,34**  | **7.693,66**  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Total Geral**  | **15.016.000,00**  | **4.592.605,36**  | **1.433.563,56**  | **15.374.761,70**  | **2.800.280,10**  |